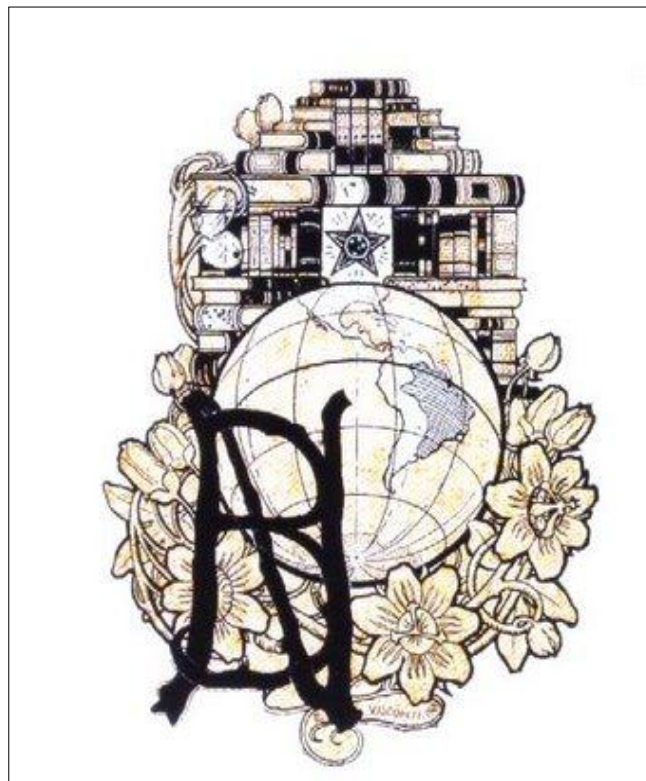


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2011

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Aline de Moraes Limeira

Jornal *O Apóstolo* (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação

2011

RESUMO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – IGREJA CATÓLICA: UMA FORÇA SOCIAL E POLÍTICA INSCRITA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

CAPÍTULO II – A IMPRENSA COMO UMA “ARMA” DA PUBLICIDADE RELIGIOSA

CAPÍTULO III – O COMÉRCIO DA INSTRUÇÃO: PROPAGANDA DAS INICIATIVAS CATÓLICAS

CONSIDERAÇÕES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RESUMO

Os estudos históricos da educação têm permitido aprofundar a percepção que hoje se tem acerca da presença e dos efeitos das diversas práticas educativas no século XIX. Reconhecendo a presença e o papel da Igreja Católica neste processo, foi analisado como fonte e objeto um importante impresso mantido por esta instituição: trata-se do Jornal *O Apóstolo* (1866-1893), periódico com circulação em todas as províncias do Brasil. Neste caso, foi mister refletir acerca de sua materialidade para ter condições de analisá-lo em sua potencialidade. Ao mesmo tempo, foram investigados os vestígios que o jornal fornece acerca da presença da Igreja Católica no processo de escolarização a partir do seu conteúdo (artigos, anúncios).

Palavras- chave: história, educação, Igreja Católica, impressos, *O Apóstolo*

INTRODUÇÃO

Collegio Lycêo Roosmalen – Localizado na rua da pedreira da candelaria nº 16 - Informa o início das aulas no dia 9 do mês corrente. Com ensino de religião e moral, amor à família, cultura do espírito e do coração (*Jornal do Commercio*, 1/01/1854).

Morro do Castelo (...) Cá temos na fachada de um prédio baixo com duas janelas que se abrem para a rua, este fonético letreiro: Ginásio João da Fonseca – Primeiras Letras – 2\$00 por mês. E embaixo, arranhado no reboco da parede, isto que um garoto qualquer escreveu: *Collegio Tico-Tico*(...) Chama-se, pelo tempo, Colégio *Tico-Tico*, ao que só ensina a ler, escrever e contar. Colégio do muito pobre, do que só aprende o que é estritamente necessário para poder vencer na vida, ler e contar até as quatro operações. Nada mais. (EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. RJ: Imprensa Nacional, 1938).

ESTATUTOS
do
COLLEGIO S. VICENTE DE PAULO

PARA MENINOS E MENINAS
Dirigido por Irmã de Caridade
RUA DO MATTOSO (no morro)

RIO DE JANEIRO

Este collegio, estabelecido em uma chacara espaçosa sobre uma collina dos mais saudaveis arrabaldes da Corte, oferece á mocidade as melhores condições hygienicas, tão necessarias á sua saude.
Os dous corpos do edificio, absolutamente separados por uma capella, permitem a este estabelecimento receber meninos e meninas. Não se admittem senão pensionistas.

I.—ENSINO

Dividem-se os estudos em Instrucção Primaria e Secundaria.
A 1ª consta :—de Leitura Calligraphia, Grammatica elemental, Doutrina Christã e das operações fundamentais da Arithmetica.
A 2ª: de Religião, Portuguez, Francez, Latim, Inglez, Geographia, Cosmographia, Historia, Arithmetica systema metrico, Geometria elemental, Desenho, Piano e musica vocal.
Ensina-se todos os trabalhos de agulha e de phantasia.

II.—PENSÃO

A pensão será paga por trimestre adiantado..... 105\$000

Serão pagos em separado por trimestre

Latim.....	24\$000
Inglez.....	24\$000
Desenho.....	24\$000
Piano.....	24\$000
Lavagem de roupa.....	18\$000

Joa no dia da entrada por despezas da cama.....	20\$000
Em cada anno seguinte.....	5\$000

Pagar-se-hão os livros em separado

III.—SAUIDAS

Todos os domingos depois da missa.
Os meninos e meninas serão entregues só a seus pais, correspondentes ou a quem suas vezes fizer; devendo regressar na segunda-feira, sempre antes das 9 horas da manhã.
O Capellão do Collegio S. VICENTE DE PAULO, Monsenhor Carlos Couturier Protontario Apostolico, nº 6, nº 2, Comendador da Ordem do Santo Sepulchro pre- para os alumnos, para entrarem no Imperial, Collegio de D. Pedro II.
Art. 528—744)

(Almanak Laemmert, 1887, p. 2058)

Art. 1. A Associação Brasileira Protetora da Infância Desamparada, tem por fim velar sobre os menores de ambos os sexos vagabundos ou destituídos de amparo de família, proporcionando-lhes, na medida de seus recursos: “Educação moral e religiosa, instrução primaria elemental, ensino agrícola de caráter prático, de modo a inculcar-lhes o gosto e o hábito dos trabalhos da lavoura, como meio de vida e desenvolvimento deste ramo da industria nacional. (*Bases para organização da Associação Brasileira Protetora da Infância Desamparada*. Rio de Janeiro, Tipographia Soares Niemeyer, 1883).

O que há de comum em todos estes vestígios de escolarização do passado trazidos ao estudo é a iniciativa de promover as luzes da instrução de desenvolver uma cultura letrada no país. Eram experiências múltiplas, variadas, modestas, suntuosas, gratuitas, caras, tradicionais, modernas, laicas, religiosas, formais, informais. Neste sentido, os estudos históricos acerca da educação têm permitido justamente aprofundar a percepção que hoje se tem acerca da presença e dos efeitos da instituição escolar no Brasil do século XIX – um tempo em que a formação do povo adquiriu visibilidade e muitos foram os debates e ações em prol do projeto de escolarização promovido em diversos espaços da sociedade.

O poder público com suas ações, leis e projetos em favor da promoção do ensino, da afirmação e expansão da escola, contou com a força da esfera privada que se destacou por sua atuação. Com leituras de Angela Alonso, é possível observar que este é um traço na história do processo de escolarização no Brasil. Em um conjunto de medidas demandadas por grupos sociais, universalização de direitos civis, liberdade religiosa, abolição da escravidão, também figurava o direito social da universalização do ensino elemental, desde que fosse possível contar com a iniciativa privada para “repartir a tarefa com o Estado” (Alonso, 2009, p.94).

O impulso à atuação dos particulares fazia parte da política de Instrução Pública do Governo Imperial, a partir de diversas formas de incentivo. As estratégias de apoio às instâncias privadas não se resumiam aos discursos favoráveis, às legislações que lhe garantiam o direito de liberdade de ensino, como a Constituição de 1824, a Reforma Couto Ferraz (1854) ou a Reforma Leôncio de Carvalho (1879)¹.

Desta feita, compreender o processo de escolarização e de constituição de uma cultura letrada no Brasil do Oitocentos exige atentar a sinuosidades que tornam envelhecidas antigas afirmações de que a instrução do povo por intermédio da escola foi um projeto criado e imposto pelo Estado Imperial. Sabe-se, neste caso, que houve certa demanda da sociedade aderindo e legitimando o processo enquanto se estabelecia e afirmava a imbricação de forças públicas e privadas como elemento essencial para constituição da escola moderna no Brasil.² Assim, inquirir acerca da Igreja Católica como força neste processo e sua expressão na imprensa Oitocentista justifica o empreendimento da pesquisa.

CAPÍTULO I – IGREJA CATÓLICA: UMA FORÇA SOCIAL E POLÍTICA INSCRITA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Considerando a multiplicidade de experiências e personagens implícitas na noção de privado ou Sociedade Civil, este investimento procura dar a ver uma força institucional e sua presença no processo de escolarização no Brasil. Na reflexão acerca destas questões relacionadas à iniciativa particular, a indagação acerca do papel da Igreja Católica não poderia estar ausente.

Neste caso, bastariam duas razões para justificar tal empreendimento, seja porque ela mantinha íntima relação política, cultural, econômica e social com o poder público, ou porque suas ações estavam profundamente ligadas às questões educacionais no século XIX. E, como apontam alguns pesquisadores da educação há “necessidade de pensar a relação da escola com outras instituições responsáveis pela socialização da infância e da juventude, principalmente com a família, a igreja e o mundo do trabalho” (Filho & Vidal, 2004, p.154).

¹ Acerca da Reforma Couto Ferraz, conferir: Gondra & Tavares (2004); Schueler & Limeira (2008). Acerca da Reforma Leôncio de Carvalho, conferir: Martinez (1999).

² Acerca disso conferir GONDRA, José & LEMOS, Daniel. A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. Formas e estratégias educativas. *Revista do Rio de Janeiro*. 13-14, Mai/Dez, pp.69-84, 2004.

Ao tratar da instituição católica, a historiografia apresenta informações importantes para discussão. Gondra & Schueler (2008) observam esta problemática evidenciando que a organização da mesma se deu por dentro do aparelho do estado, numa relação biunívoca. Para Carvalho & Neto (2011) tratava-se de uma “simbiose” – um termo das ciências biológicas que caracteriza a associação entre dois organismos diferentes que mantêm trocas para garantir a sobrevivência de ambos. De acordo com João Camilo os efeitos desta simbiótica relação era a imprecisão:

A separação rígida, nítida, enérgica entre clérigos e leigos, entre temporal e espiritual, sagrado e profano (...) não fora tão longe assim o esforço de fixação dos limites entre o que era sagrado, o que era profano. Permaneciam áreas indistintas e imprecisas (Torres, 1968, p.260).

No entanto, antes de dar prosseguimento à investigação é necessário realizar algumas considerações. O nome próprio “Igreja Católica”, no singular, está longe de esgotar o que são a diversidade de experiências, orientações e ordens reunidas por ele. Esta instituição não é e nunca foi um bloco homogêneo, mas formada por diversas ordens religiosas, missões, hierarquias. Havia, por exemplo, irmandades, ordens terceiras e confrarias que foram instituições fundamentalmente marcadas pela participação ativa dos leigos na organização da vida religiosa. Ao mesmo tempo, o alcance das práticas e experiências religiosas em território extenso e heterogêneo, como o Brasil, é difícil mensurar.

Daniela Gonçalves Gomes pesquisou a existência de algumas irmandades na Província de Minas Gerais e as identificou como “vivências diferenciadas do mesmo catolicismo” (Gomes, 2009, p.2). De acordo com suas observações, com a proibição da entrada de ordens religiosas na região pelas autoridades – a fim de controlar o contrabando e reservar para si os benefícios advindos da extração do ouro e dos diamantes – a Coroa procurou manter afastado de Minas o clero regular. Todas essas medidas ajudaram a compor uma situação particular, cujo traço mais incisivo foi a liderança dos irmãos leigos das confrarias e irmandades nas práticas católicas (Gomes, 2009, p.7).³

Em diálogo com Norbert Elias é possível perceber que há toda uma historicidade que explica a composição imbricada das forças em questão, no Ocidente. Muitas vezes, as propriedades dos religiosos espalhavam-se entre domínios dos senhores seculares, estando eles constantemente expostos a seus ataques e usurpações. A Igreja, por conseguinte, desejava um suserano, um rei, que

³ De acordo com a historiadora Mariza Soares, as primeiras irmandades de homens pretos de que se têm notícias foram a *Confraria de Cristãos Negros de Barcelona*, criada 1455 e a *Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Lisboa*, fundada em 1460. No Brasil, o ano de fundação da *Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia da Cidade do Rio de Janeiro* data de 1740 – fundada a partir da Congregação dos Pretos Minas (africanos forros de Costa da Mina), com cerca de 70 membros, homens e mulheres. Quando a alforria de um escravo se mostrava impossível, restava a ele combinar sua escravidão com esferas de liberdade em sua vida cotidiana: trabalhar por conta própria, morar fora da casa do seu senhor, acumular pequeno pecúlio, escolher seu cônjuge, frequentar batuques, filiar-se a irmandades, fugir. As irmandades eram, portanto, um dos poucos espaços institucionais de acesso à liberdade. A prática das votações para eleição das mesas diretoras das irmandades de homens pretos (escravos, forros e livres) deve ser vista como expressão dessa liberdade (Soares, 2011, p.411).

fosse forte o suficiente para protegê-la contra a violência secular. As rixas, as grandes ou pequenas guerras que explodiam incessantemente eram muito mal recebidas pelos religiosos. Repetidas vezes, alguns sacerdotes lesados esbulhados de seus direitos, apelavam ao rei como um juiz: a “dignidade da monarquia constituiu uma arma dos sacerdotes em seus conflitos”. Por sua vez, a consagração, unção e coroação do rei eram influenciadas cada vez mais pelo poder da investidura e do cerimonial montados pela Igreja. Resultado destas configurações é que a monarquia ia assumindo uma espécie de caráter sagrado, tornando-se, em certo sentido, uma função eclesiástica (Elias, 1993, pp.155-156).

Neste caso, João Camilo Torres ressalta como a constituição da sociedade brasileira também está marcada por esta configuração de forças. Segundo ele, o Brasil não é uma realidade surgida espontaneamente, sem ligação nenhuma com “um passado plasmador”, mas insere-se num conjunto mais amplo que é o Ocidente, com todos os seus valores religiosos e culturais, cristãos e pré-cristãos. E, neste caso, o destaque é interessante: “Não pertencemos apenas ao Ocidente. Nós o constituímos”. A tradição cultural que o Ocidente comunicou ao Brasil “deve ser integrada pelos valores autóctones existentes e criáveis e pela contribuição de outras culturas” (Torres, 1968, p.262-263).

A orientação católica “herdada da metrópole”, como afirma a historiadora Angela Alonso, foi mantida nos trópicos, e a forma de governo monárquica era ela própria “emanação da vontade divina” nesta conjuntura: “Por obra de Deus, o rei concentrava legitimamente todos os poderes terrenos”. Tal catolicismo hierárquico, “em versão medievalista”, estratificava rigorosamente a sociedade, mas como ela observa era também a porta para acolher aqueles que o liberalismo excluía: “menores, mulheres, homens livres pobres, escravos”, que eram aceitos na mesma comunhão, incorporados “simbolicamente”. Como religião do Estado, no entanto, o catolicismo continuava garantindo a exclusão política desse seu rebanho enquanto auxiliava o Estado no controle social nos rincões e garantia que as eleições, sediadas pelas igrejas, seguissem o roteiro traçado na Corte Imperial. Com efeito, o catolicismo apresentava “um ar mais abstrato”, era quase um espiritualismo atenuador de confrontos: “catolicismo litúrgico, que prescindia da fé” (Alonso, 2009, p.94).

Vestígios mais precisos acerca destas reflexões podem ser observados no Direito do Padroado, cujos registros localizam-se no século XV, a partir com a bula *Inter-Caetera*, outorgada pelo papa Calixto III. O regime do Padroado, princípio comum legitimado por diversas sociedades católicas, se processou como uma comunhão entre o poder temporal e o poder religioso no Brasil. Sendo consentido, a Igreja Católica adquiriu privilégios e, em contrapartida, permitiu aos reis que interferissem na vida interna da instituição. Segundo Camilo Torres, dificuldades práticas de administração eclesiástica, principalmente as decorrentes das distâncias e deficiências da rede de

comunicações, conduziram à criação do sistema do Padroado, com variados graus desde o quinto século em diante. Entretanto, o seu conceito mais moderno – como um poder ou um privilégio concedido pela Santa Sé a um rei – apareceu no século dezesseis. O padroado foi concedido pelo papa aos reis portugueses e espanhóis, entre outros, “outorgando poderes sobre os negócios da Igreja nos territórios dalém mar desses monarcas” (Torres, 1968, p.29).

Com os registros históricos é possível perceber o funcionamento meticoloso desta maquinaria. Davi Gueiros Vieira observa que os reis de Portugal, como patrocinadores da atividade missionária em suas colônias, tinham recebido certos direitos (outorgados por Leão X em 1514, e por Júlio II em 1550) em relação a coleta de dízimos e o direito de padroado sobre a Igreja nos territórios conquistados aos “infiéis”. Desde que tais direitos tinham sido concedidos à casa portuguesa de Avis, e mais tarde à casa de Bragança, os imperadores brasileiros, como herdeiros diretos desta, exigiram e assumiram o padroado sobre a Igreja brasileira. O Papa Leão XII reconheceu esse direito pela sua *Bula Proeclara* 15 de maio de 1827 – a qual o parlamento brasileiro imediatamente rejeitou, sob a alegação de que o direito de padroado era inerente à soberania e não precisava de reconhecimento papal (Vieira 1978, p.28).

No processo de independência do Brasil, apesar do ideário liberal estar difundido, a união entre Estado e Igreja se viu consagrada na Constituição de 1824. Esse ajuste interessava a ambos que, deste modo, poderiam obter benefícios específicos: o Estado garantia o apoio de uma instituição com grande prestígio social e a Igreja garantia sua renda e acesso ao poder por conta dos serviços que prestava, como controle de nascimentos, batismos, casamentos, óbitos, enterro, eleições, dentre outros.

A união entre Estado Imperial e Igreja Católica, estabelecida pela Constituição de 1824, definia o catolicismo como religião oficial, concedendo ao imperador o poder de criar e prover o preenchimento dos cargos eclesiásticos mais importantes (sendo confirmada posteriormente pela Santa Sé). Com mais, o Beneplácito submetia ao poder imperial as bulas e determinações do papa, que só seriam cumpridas aqui com autorização do imperador. Ainda sim, o governo pagava os salários dos sacerdotes – tratados como funcionários públicos.

Neste caso, a transformação da religião em serviço do Estado, de Estado fortemente institucionalizado, a separação entre clérigos e leigos, permitiu que se legitimasse a instituição Católica como “comunidade de cristãos” e “estrutura administrativa”, de bases jurídicas. Esta especificidade ajuda a compreender “a atitude de muitos padres no Império, que aceitavam alterações na disciplina eclesiástica determinadas por atos do poder Legislativo, ou apelavam para o governo contra seus bispos”. As leis da Igreja eram oficialmente reconhecidas pelo Estado e tinham vigência plena. Crimes contra a Fé e os costumes eram punidos pelas mais pesadas penas. Havia

também investigações a cargo do Santo Ofício, cujos “estilos” eram os piores em todo o mundo e aplicados pelo “braço secular” (Torres, 1968, p.33).

O cenário se constituía de múltiplas formas de intervenção: a divulgação de livros no Brasil, por exemplo, esteve durante muito tempo sujeita à tríplice censura do Santo Ofício, do Ordinário e da Mesa do Desembargo do Paço; as despesas com administração eclesiástica estava a cargo do Estado, em troca os dízimos; os dias santos eram considerados feriados civis; havia isenções de foro eclesiástico (embora não nos crimes de lesa majestade); a prova de idade era dada pelo batistério. Não havia, assim, aspectos da vida civil que não fosse “cercada das bênçãos da Igreja, com o apoio material do Estado” (Idem, 1968, p.34-35).

Para não enguiçar tal equipamento, para dar continuidade ao entrelaçamento de forças pública e privada foi preciso muito jogo de cintura entre as autoridades religiosas e monárquicas. Somam-se os conflitos entre Estados e Igreja no Brasil – que, como alerta Davi Vieira, se examinados à luz dos problemas religiosos das nações americanas de língua espanhola, parecem quase moderados.⁴

O direito de padroado era exigido como direito por parte das autoridades políticas, mas considerado tema de conflito dentro da própria instituição religiosa, cuja orientação doutrinária ou filosófica poderia ser representada, em parte, por ultramontanos⁵ (que não contestavam este direito) ou por galicanos⁶ (que começaram a dar a esse direito uma interpretação menos restrita do que tinha na sua forma original, no século XVI).

Durante o período colonial, o Brasil manteve a herança do Padroado vinda de Portugal, que tinha assumido um aspecto mais vigoroso com o Rei Dom José (1750-1777), por intermédio das ações do Marquês de Pombal: expulsão dos jesuítas do reino e das colônias, modificação do sistema educacional português e introdução de conceitos galicanos do controle do Estado sobre a Igreja – que excediam qualquer coisa que a Santa Sé jamais concedera à Coroa portuguesa. Todo este processo contou com participação e apoio de outra corrente teórica conhecida como jansenismo, que se tornou uma poderosa força religiosa e política, tanto em Portugal como no Brasil. O jansenismo foi o nome dado à tentativa de reforma e reavivamento dentro da Igreja Católica, no

⁴ Deve ser destacado que o problema do padroado também existia nas nações latino-americanas de língua espanhola. Por toda a América de língua espanhola, inúmeras Sés que vagavam permaneceram não preenchidas por anos: bispos e arcebispos foram encarados e deportados; núncios e internúncios foram rejeitados e, às vezes, deportados; a prioridade da Igreja foi, frequentemente, confiscada (Vieira, 1978, p.29).

⁵ Ultramontanismo foi uma doutrina italiana que defendia a posição tradicional da Igreja católica de sustentar a tese da infalibilidade do papa (Vieira, 1978).

⁶ Galicanismo foi um movimento originado na França, que defendia a independência administrativa da Igreja Católica romana de cada país com relação ao controle papal. Conferir Vieira, 1978, p.28: “Galicanismo é um termo que descreve várias teorias desenvolvidas na França concernentes às relações da Igreja Católica francesa, assim como do Estado francês, com o papado. Essas teorias foram desenvolvidas contra as pretensões teocráticas dos papas da idade média. Pelos idos da reforma, essas teorias foram incorporadas na “Declaração do Clero Francês”, da autoria do Bispo Jacques Benigne (1627-1682), publicada em 1682. O Clero francês, em suma, declarou em 1682 que o poder temporal dos reis era independente do papado. Ligado ao galicanismo estava o conceito de “padroado”, isto é, o direito do rei recolher dízimos e nomear os bispos”.

século XVII, baseada nos preceitos religiosos do Bispo Fleming Cornelius Otto Jansen (1563-1638) – reforma da Igreja Católica e reação ao protestantismo. A teologia de Jansen circulou em Portugal durante o século XVII. Entretanto, só afirmou-se a partir das relações estabelecidas com o Primeiro Ministro Marquês de Pombal, que procurou instituir o controle do Estado sobre a Igreja.⁷

Como já havia observado Norbert Elias acerca desta “usina de forças”, o engenho por vezes pareceu enfiar. Houve alguns movimentos liderados pela própria Igreja Católica no sentido de reafirmar e legitimar a centralidade de sua doutrina, visto que os conflitos foram muitos e permanentes. As tensões se afirmavam em diversas frentes, ora no próprio interior da Igreja Católica (por divergências doutrinárias: galicanismo, ultramontanismo), ora no combate à força da relação simbiótica (Estado Imperial).

Neste sentido, um conjunto de medidas resultou da mobilização católica, tão intensa quanto heterogênea. Por exemplo, o Ultramontanismo – termo usado desde o século XI para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado da montanha), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos – reapareceu no Oitocentos, com o intuito de sustentar uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica. O movimento colocou-se a favor de uma “maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado e contra uma série de coisas que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja” (Vieira, 1978, p.34).

O ultramontanismo, entretanto, não encontrou no começo do século XIX um clima muito favorável no Brasil, inobstante todo apoio de algumas ordens católicas como lazaristas, capuchinhos e jesuítas.⁸ Desde os dias de Pombal e da expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias (1759) os seminários portugueses e brasileiros estavam sob a gestão dos jansenistas. No entanto, cumpre ressaltar que vários clérigos que tomaram parte na constituinte (1823), e depois foram eleitos para o Parlamento (1826), tinham a tendência de se tornarem mais conservadores (quase sinônimo de ultramontano), ao passo que a Igreja e o papado iam sendo atacados pelos jansenistas e galicanos de todos os matizes (Vieira, 1968).⁹ Entre os ultramontanos estrangeiros que formaram

⁷ O jansenismo alcançou o Brasil por intermédio de diversos padres e prelados educados em Coimbra. O mais influente desses clérigos, Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821), era parente de Pombal, bem como do principal conselheiro do Primeiro-Ministro na reforma do currículo da Universidade de Coimbra, Dom Francisco de Lemos de Farias Pereira Coutinho(1735-1822). Como bispo de Olinda (1799-1806), Dom Azeredo Coutinho estabeleceu o seminário de Olinda (1800), cujo quadro de professores trouxe da universidade em Portugal (Vieira 1978, p.29-30).

⁸ Conferir Vieira, 1978: “Entre os ultramontanos do Império, dois foram de grande influência como publicistas. Esses foram os Padres Luís Gonçalves dos Santos e William Paul Tilbury. O primeiro, cognominado “Padre Perereca”, foi talvez o mais vocífero dos primeiros ultramontanos no Brasil. Entrou em violentas disputas com o Padre Feijó sobre o projeto legislativo que daria permissão aos padres brasileiros de se casarem. O Padre Perereca atacou Feijó com termos insultantes, aos quais Feijó revidou à mesma altura” (Vieira, 1978, p.34).

⁹ “O Senador Cândido Mendes de Almeida lutava contra o galicanismo através de seu estudo de quatro volumes sobre as legislações portuguesas e brasileiras. Nesse trabalho, estabeleceu toda a base jurídica da disputa entre ultramontanos e a Coroa pelos direitos tradicionais da Igreja” (Vieira, 1968, p.36).

várias gerações de ultramontanos brasileiros, estão os lazaristas que, em 1821, fundaram o Colégio Caraça, em Diamantina/ MG (Idem, 1978, p.37).

A luta ultramontana estava marcada por uma dupla tensão, interna e externa: esbarrava com outras propostas de orientação doutrinária dentro da própria Igreja Católica e com correntes liberais, positivistas, protestantes, maçônicas, entre outras, que circulavam a época.¹⁰ Permaneceu, porém, uma das mais fortes.

O fato é que, até a Constituição Republicana de 1891, a Igreja Católica esteve sob proteção oficial do Estado, independente de todos os conflitos que precisou enfrentar.¹¹ A separação formal, ou jurídica, que ocorreu somente a partir desta data já tinha sido bastante debatida em anos anteriores, como vimos (Vieira, 1978). Os serviços religiosos constituíram um serviço prestado pelo Estado Imperial, e o clero uma espécie privilegiada de funcionalismo público durante grande parte do século XIX. Neste caso, o governo republicano procurou afastar de seus quadros a hierarquia católica, o que implicou na criação de cartórios para registro civil de nascimento, casamento, óbito. Da mesma forma, a Igreja Católica passou a nomear seus representantes, como bispos, arcebispos, papas, sem precisar do aval do Estado, e a ter direito ao exercício do culto, a identidade jurídica e ao direito de adquirir e administrar bens.

Apesar de algumas mudanças surgidas no século XIX e aprofundadas no século XX, como o casamento civil, o ensino leigo, a secularização dos cemitérios, a proibição do clero religioso de participar das eleições e a liberdade de culto. Questões marcadas por incontornável atualidade, quando se observa, por exemplo, os debates a respeito do ensino religioso nas escolas públicas e a questão da laicidade do ensino.

¹⁰ Segundo Davi Vieira “No dia 8 de dezembro de 1864, Pio IX promulgava a encíclica *Quanta Cura*, que aprovava o *Syllabus*, um compêndio de 80 proposições condenadas, que, em conjuntos eram as ideias geralmente admitidas nos meios liberais e progressistas do tempo” (Vieira, 1968, p.164).

¹¹ A luta contra Canudos se fez no auge da influência positivista. Isto é bem significativo: para os sertanejos, a república era abominação, por ser um governo de hereges; e a monarquia, uma autoridade fundada em Deus. De fato, os diplomas oficiais diziam que o Imperador devia seu poder à graça de Deus, era coroado e sagrado numa bela cerimônia religiosa, ungido com os Santos Óleos pelos bispos e a Igreja era unida ao Estado. A república era o casamento civil, a ausência de símbolos religiosos, etc. De modo que, afinal, para resumir, havia a oposição entre uma visão sacral da política e uma visão laica, puramente secular (Torres, 1968, p.105).

CAPÍTULO II – A IMPRENSA COMO UMA “ARMA” DA PUBLICIDADE RELIGIOSA

Em todos estes episódios conflituosos da história a imprensa ocupou papel de destaque fomentando as discussões e fazendo circular opiniões as mais diversas. As tipografias ou editoras eram dirigidas por leigos, religiosos, maçons ou liberais que opinavam acerca das relações imbricadas entre Estado Imperial e Igreja Católica ou acerca da presença de acatólicos no país, como o jornal *Diário do Rio de Janeiro* (editado por Saldanha Marinho, líder maçônico), *Jornal do Commercio*, e outros editados em diversas províncias, como *A Estrela do Sul*, *O Thabor*, *A Boa Nova*, *Correio Official de Minas*, *Ordem e Progresso* (1860-1862), *A Consciência Livre* (1869-1870), *A Crença* (1870), *O Americano* (1870-1872), *O Movimento* (1872) e *O Trabalho* (1873), *O Diabo a Quatro* (1875-1879), *A imprensa Evangélica* (1864-1889)¹², *O Cruzeiro do Brasil*, *Fluminense*.¹³

¹² *A Imprensa Evangélica* foi fundada por Simonton e Blackford. A fundação do jornal protestante não passou despercebida. O jornal ultramontano do Rio de Janeiro, *O Cruzeiro do Brasil*, em 6 de novembro noticiou que um Periódico protestante aparecera na Corte. Pediu ao Vigário Capitular do Rio de Janeiro que investigasse o fato, e que tomasse todas as medidas necessárias como Chefe do Bispado. Uma semana mais tarde, já tendo as autoridades eclesásticas sido informadas de que o governo não impediria a publicação (*O Cruzeiro do Brasil*, Rio, 4 de novembro de 1864). O jornal seguia norma de não publicar o nome dos contribuintes. Por causa dessa norma estabelecida, é bem estranho encontrarem-se nele contribuições assinadas por Tavares Bastos, José Eloi Ottoni, Dr. Miguel Vieira Ferreira e

Somado a este conjunto de investimentos estava o jornal intitulado *O Apóstolo*, que foi publicado entre os anos de 1866 e 1893 pela Igreja Católica.¹⁴ Trata-se de uma fonte principal para este estudo, por permitir inquirir representações que a própria instituição construía acerca de suas práticas religiosas e suas iniciativas educacionais no século XIX.¹⁵

Carl Von Koseritz (A Imprensa Evangélica, Rio, março de 1867; 2 de outubro de 1869; 15 de fevereiro, 1º de março, 19 de abril e 17 de maio de 1873). Conferir Vieira, 1978, p.148-149.

¹³ Na década de 1860 Kalley tinha também começado a publicar trabalhos no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Foi nesse jornal que publicou alguns dos escritos que mais irritaram a imprensa ultramontana. Entre 1855 e 1876, enquanto escrevia para os jornais do Rio de Janeiro, Kalley usou diversos pseudônimos tais como: “Um Crente”, “Devoto Sincero” e “O Católico Protestante” (Vieira, 1978).

¹⁴ A última edição de 1893 foi a de número 126, de 10 de novembro de 1893. No ano seguinte, o jornal retoma sua publicação com o nome de *A Estrela*, mantém a mesma estrutura de *O Apóstolo*, porém com menor quantidade de seções. A escolha se deu a partir da avaliação de dois pontos principais: originalidade e acesso. Atestar a originalidade foi possível a partir da avaliação dos documentos da instrução pública e particular disponíveis nas principais instituições do Rio de Janeiro (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional) e dos usos destes documentos com levantamentos da produção bibliográfica na área. Neste caso, um balanço inicial permitiu observar que há significativa escassez de pesquisas relacionadas ao tema proposto e ao período investigado,¹⁴ e que as fontes mais comuns e recorrentes são estatuto de colégios, ofícios do governo, relatórios, abaixo-assinados. Quanto ao aspecto que considera a disponibilidade da fonte/objeto para consulta e pesquisa, foi crível constatar que a mesma está acessível e tem sua consulta facilitada pela Fundação Biblioteca Nacional por encontrar-se digitalizada/microfilme.

¹⁵ Considerando a riqueza desses tipos variados de publicidade, também foram utilizadas as propagandas de um impresso que integra a cultura de almanaque no século XIX. Trata-se do *Almanak Laemmert*, anuário que circulou no país entre 1844 e 1914, a fonte mencionada acima. Em suas mais de mil páginas de cada edição, havia informações gerais sobre a Corte Imperial e Províncias do Brasil. Intitulado *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, o anuário ficou conhecido popularmente como *Almanak Laemmert*. Foi publicado regularmente todos os anos, entre 1844 e anos iniciais do século XX. No texto de “Advertência”, assinado pela redação, em 1854, os irmãos franceses Henrique Laemmert e Eduardo Laemmert, seus editores que vieram da França no início do século XIX,¹⁵ garantem que empenharam todos os esforços em redigir este que é o “filho predileto de nossas empresas literárias”, e é “hoje visto com admiração e citado com elogio”. Inobstante considerarmos que tais palavras soam como propaganda do próprio negócio, é possível entender que o impresso circulou bastante entre os leitores naquele tempo. Entre a primeira relação de assinante do anuário publicada em 1845 e sua 12ª (em 1859), houve um crescimento de quase 300% do número dos nomes. De 137 assinantes para mais de 380, que, na verdade, são relativos, visto que, na referida lista, constam somente os nomes que ainda não foram citados no próprio corpo do Almanak, pela publicidade. Na lista da edição de 1874, cujos nomes estão distribuídos e organizados por cidades da província do Rio de Janeiro e São Paulo, constam pessoas físicas e jurídicas (empresas, comércios, repartições públicas, câmaras municipais). E entre personalidades ilustres (Commendador Duarte Gomes da Assunção, Capitão José Simplício Ribeiro, Dr. Manoel Antônio Fernandes, Bacharel Domingos Albuquerque de Parcelos Cordeiro, Barão de Ipiabas), pode ser encontrado um leitor comum do *Almanak Laemmert*: Francisco José de Assis, que, se não fosse pai do escritor brasileiro Machado de Assis, passaria despercebido na lista (como tantos outros que o leitor certamente nem se deu conta de identificar) como um pintor mulato da Corte Imperial, que vivia na cidade de Santa Maria Madalena. Portanto, a obra que fazia circular os anúncios do comércio da instrução que nos interessam neste estudo passava entre variadíssimas mãos: operários, capitães, trabalhadores liberais, repartições públicas, pequenos comerciantes, barões, doutores, proprietários (Limeira, 2010). No prefácio de sua primeira edição, o discurso dos editores dá a ver a intenção de legitimidade que os mesmos pretendiam empreender à obra, em torno da ideia de sua necessidade e utilidade pública.¹⁵ Havia registros da vida política da Corte e do país (pode ser exemplificado pela lista de eleitores da Corte e província do Rio de Janeiro, publicada na edição de 1875, p.22), dados informativos, culturais e administrativos que compunham o *Almanak Laemmert*. Observando algumas páginas do seu índice identifica-se a divulgação e oferta de serviços profissionais (liberais e públicos) dos mais diversos ramos de atividade, periódicos publicados na Corte e outras localidades, instituições religiosas, sociedades de leitura, comércios, boticas, livrarias e tipografias, academias científicas, escolas, aulas avulsas e colégios (públicos, privados, militares, religiosos), hospitais, asilos, associações, e etc.

Inicialmente, este impresso era semanal, sendo publicado a cada domingo nos primeiros anos. Posteriormente, entre 1874 e 1875, ele passou a ser diário.¹⁶ E na década de 1880 circulou três vezes na semana: aos domingos, quartas e sextas. Como era característica comum dos jornais da época, tinha cerca de 4 a 6 páginas por exemplar, sendo que a numeração dos mesmos se dava de forma contínua por muitas edições seguidas.

Esse jornal poderia ser adquirido na Corte Imperial, local de sua produção, ou em qualquer província do Brasil, sendo vendido na própria tipografia ou nas paróquias mais centrais. A única diferença era o preço: maior para as províncias em razão dos custos mais altos para transportar e distribuir este impresso da Typografia de N. L. Vianna & Filhos (Rua do Ouvidor) para os outros lugares do país.

Há muitas dificuldades em localizar nas edições do impresso quem estava à frente desta iniciativa. Os editores de *O Apóstolo* não são identificados nos seus números. Em 1870, pela primeira vez, aparece a informação de um nome identificando-se como responsável pelo impresso: “Sob os auspícios do Exm. E Revm. Sr. Bispo D. Pedro Maria de Lacerda”. Inobstante, a historiadora Martha Abreu aponta que era o reitor do Seminário São José, o fundador do jornal, “responsabilizou-se pela edição até sua morte, em 1883”. E que, entre 1869 e 1890, o então bispo do Rio de Janeiro, Dom Lacerda, fez do jornal uma espécie de “órgão oficial da diocese, tornando-o um dos maiores porta-vozes da política de romanização e do pensamento ultramontano no Brasil”. Ainda sim, afirma que o impresso pode contar com a contribuição de “figuras de peso dentro dos meios eclesiásticos”, como, por exemplo, monsenhor José Gonçalves Ferreira, Autran de Albuquerque (senador por Pernambuco) e padre João Esberard (Abreu, 1999, p.312).¹⁷

O que foi possível notar nas edições do impresso era sua abertura para produção de artigos por pessoas de fora da edição: “A redação recebe qualquer artigo de interesse publico religioso, sendo porem publicado o que estiver concebido de acordo com o cronogramma deste periódico” (*O Apóstolo*, 1866, p.2). Esta informação indicia que alguns artigos poderiam ser autoria de leitores não vinculados diretamente com a edição do jornal.

No que se refere ao seu conteúdo, foi possível perceber que havia certa estrutura fixa, embora modificada com o tempo, sofrendo acréscimos e alterações. Em suas quatro ou seis páginas, podem ser encontradas cartas pastorais e outros documentos do episcopado brasileiro ou originários da Santa Sé, artigos e trechos de livros de padres e leigos em defesa das posições da Igreja contra os considerados “inimigos” da instituição (espíritas, protestantes, maçons, positivistas, liberais), discursos de parlamentares católicos, notícias sobre as atividades clericais e laicas.

¹⁶ Ainda sem poder afirmar, mas como hipótese, penso na relação entre o seu período de circulação diária e a chamada “Questão Religiosa”, acontecimento histórico em que se deu um conflito nacional entre a Igreja Católica e o Estado Imperial, ambos ocorridos na década de 1870.

¹⁷ A pesquisadora não afirma onde localizou tais informações.

O Apóstolo ficou conhecido como o principal periódico católico brasileiro do século XIX, ao dar visibilidade a certas posições de grupos da Igreja Católica, bispos, padres e leigos ultramontanos. Por isso, com a leitura do mesmo é possível entender os embates do tempo e perceber as estratégias da Igreja, o jogo dos confrontos internos, a ação dos bispos reformadores, o diálogo com possíveis aliados, o debate intelectual constante com os “inimigos da Igreja”. Em seus editoriais, assumia a “missão de ensinar a boa doutrina, divulgar o movimento religioso no mundo, particularmente no Império, sustentar a ordem pública e a propriedade”, deixando claro que suas funções se projetavam “para além das de cunho estritamente espiritual” (Abreu, 1999, pp.312-313).

Procurando responder às acusações de que o catolicismo era responsável pelas dificuldades de modernização do país e por atrair apenas a população ignorante e analfabeta, os editoriais de *O Apóstolo* diversas vezes valorizavam a existência de uma nacionalidade brasileira, que vinha marcada pelos mesmos costumes, leis, tradições, pela mesma língua e, especialmente, religião. O jornal identificava o catolicismo aos aspectos positivos da história do país e associava, por exemplo, a fundação da cidade do Rio de Janeiro ao martírio de Estácio de Sá e de São Sebastião, o padroeiro. Outra estratégia esboçada por este impresso estava exatamente ligada à divulgação de uma “ordem católica em oposição à desordem protestante e estrangeira”, como alerta Martha Abreu (Idem, pp.314).

O jornal procurava responder aos que levantavam o anacronismo da união entre o trono e o altar, e tudo que ela significava, demonstrando a importância da religião em vários países civilizados do mundo. Tentava convencer que o atraso da sociedade brasileira não era decorrente daquela união, mas dos governantes anticatólicos. Neste caso, a ação proposta pelo jornal não se resumia aos aspectos puramente religiosos, mas havia mesmo uma defesa por certa “concepção de uma cidadania católica brasileira” (Abreu, 1999, pp.312-314).

De fato, a instituição vivia uma etapa de tensão e conflito com o Estado, do qual era dependente em termos jurídico e econômico. E ainda esbarrava em ações de propaganda de liberais e maçons, que pressionavam no Parlamento, e dos protestantes.

A edição inaugural buscou apresentar as razões do lançamento deste impresso que se compreendia como um “jornal dedicado ao Catolicismo”, cuja escrita era tida como uma poderosa “tecnología de comunicanión” (Gomez, 2003, p.102). Em janeiro de 1866 seus editores registraram:

Apparecendo pela primeira vez perante o publico é justo que o Apostulo exhiba sua razão de ser e o que pretende nessa tribuna universal a imprensa em que hoje se discutem todos os interesses da humanidade. Não faremos um programa de ideas e dos sentimentos, em cuja esphera se hade circumscrever o nosso jornal; dedicado aos interesses do Catholicismo, sua marcha está por de mais traçada nesses principios eternos e inhabalaveis de seus dogmas, sua moral, e sua disciplina. Mas em todos os tempos e

momentos nestes tão calamitosos, que atravessamos, a Religião tem necessidade de se fazer ouvir por seus órgãos legítimos, porque ella tem a missão sublime e indeclinavel de guiar os povos pela senda do dever. Esses órgãos são os pastores, e enfim todo o sacerdócio a quem o Divino Mestre nomeou a luz do mundo, e o sol da terra. (...) Eis porque a religião catholica parece aos espíritos do século um anachnismo retrogado. Ella é o amor e a unidade, em quanto que o racionalismo, que traduz toda a licença intellectual, moral e social, quebra todos os laços do dever desde a família até a divindade. Liberdade sem freio, sem critério, sem fim possível; tomando com a hydra da fabula diversas cabeças, mas sempre o mesmo erro fatal com nomes diversos na ordem publica – anarchia; na política – republicanismo: no domínio das idéias – philosophismo; na religião – protestantismo. Do erro do entendimento ao erro do facto não há outra distância mais do que a rapidez, com que o pensamento se traduz no erro. È por isso que se aloca o dogma antes que se ataque a moral. A Robispiere precedeu Voltaire; à Henrique VIII Luther. Deus sabe quem sucederá a Renan. È tempo ainda: o povo crê em Deus; só a fé esta amortecida, não esta em tudo extincta. Claremos: é esta a missão do Apostolo (*O Apóstolo*, 1866, pp.1-2)

Eles seguiam qualificando a imprensa como “uma tribuna universal em que hoje se discutem todos os interesses da humanidade” (1866). Na edição seguinte, afirmavam que a imprensa tem origem divina e por isso não pode “desviar-se desse tom majestoso”:

A liberdade de imprensa é uma consequência legítima e necessária da liberdade, que o criador dera ao pensamento. São bem conhecidas as dificuldades com que luta a imprensa religiosa em tempos que não afagam leituras dessa ordem, ou antes, parece dizê-lo com mais verdade, quando tudo parece conspirar para derrubar o edifício eterno da Igreja. Pois bem, ainda assim o nosso periódico achou apoio porque Deus abençoou as nossas intenções, que outras não foram (...) senão o interesse dessa religião que, apesar de perseguida, é único poder que há de salvar o mundo (*O Apóstolo*, 1866, p.1).

Como este, outros discursos em defesa dos ideais católicos e da produção de uma determinada memória pela imprensa também foram publicados, o que nos aproxima da tese defendida por Le Goff, isto é, a memória como objeto e instrumento de governo, de poder (Le Goff, 1984).

Na edição do quinto ano de circulação do jornal, em 1871, foi transcrita uma mensagem do Papa Pio IX sobre a “missão” da igreja diante do comércio de papéis impressos que crescia e se expandia:

A missão do século XIX exige em primeiro lugar que sejam dissipados os erros e que às inteligências transviadas faça-se patente a verdade. Ninguém pode pois desconhecer que a imprensa periódica e não periódica é nas mão

dos inimigos da Igreja, a arma mais mortífera para combater qualquer espécie de bem e seduzir os espíritos mais retos e sinceros. Para remediar a tão grande mal era necessário que homens cheios de coragem e talento, que padres zelosos, principalmente, empreendessem a obra mais salutar que é preciso tentar – a de oporem-se aos ataques tão perigosos da imprensa ímpia com as armas ministradas pela imprensa católica (*O Apóstolo*, 1871, p.1).

A “arma” mantida pelos religiosos por mais de três décadas tinha algumas seções que a estruturava. Entre alguns que foram incluídos, retirados ou alterados ao longo dos anos, havia “A tolerância Religiosa”, “Expediente do Bispado”, “Transcrição – Instrução Pastoral”, “Máximas Espirituais”, “Noticiário”, “Chronica Nacional” e também a publicação de alguns artigos que evidenciavam a razão de existência deste instrumento de circulação de ideias e que, para a pesquisa realizada, dá a ver aspectos da relação entre a força católica e o Estado Imperial. Em 12 de abril de 1867, por exemplo, *O Apóstolo* fez um ataque aos políticos, aos quais chamou de “apóstolos das falsas doutrinas do protestantismo” – o artigo referia-se à luta contínua dos liberais pelo casamento civil.

Alguns artigos caracterizam mesmo esta campanha promovida pela instituição, como “Sobre a educação dos filhos”, “A tolerância Religiosa”, “A religião e os Governos”, “A Liberdade Política”, “Liberdade de Religião”, “O Casamento Civil” e “Liberdade de Consciência”. O artigo “A religião do Estado e a liberdade de cultos” se constitui em um documento que parece expressar bem o tom do debate e da função do jornal:

A verdadeira significação dos termos – religião do Estado. O Brazil não pode deixar de ter o catholicismo como religião do Estado (...) Seja qual for a origem da palavra religião, quer signifique reler, quer reeleger, quer finalmente religar, o certo é que ella implica na relação do homem com Deos, porque só a Deos deve o homem ligar-se como ao princípio indefectível, e escolher como o seu último fim (...). A palavra Estado, na sua accepção lata e em seu verdadeiro sentido, significa nação, e no sentido stricto e figurado o governo da nação, isto é, os poderes constituídos para governá-la (...) Explicadas as palavras religião e Estado, facilmente podemos entender o sentido da locução religião do Estado. Com efeito, a religião é uma cousa que pertence e se refere directamente á cada cidadão em particular, e a todos em geral; abraça a nação inteira, exprimindo os laços que ligam aos seus autos: logo a religião do Estado quer dizer, religião da totalidade ou quasi totalidade dos cidadãos em um paiz, religião da nação (*O Apóstolo*, 1870, p.2).

Como se vê, o exame desse material permite pensar a perspectiva, as representações da própria instituição acerca das suas relações e vínculos estabelecidos com o Estado Imperial, haja vista que “cada producción cultural enuncia también una determinada imagen de aquello que representa”, como bem observa Gómez (2003, p.113).

CAPÍTULO III – O COMÉRCIO DA INSTRUÇÃO: PROPAGANDA DAS INICIATIVAS CATÓLICAS

O jornal *O Apóstolo* soma-se a outras fontes neste estudo para fazer ver os vestígios das experiências múltiplas de escolarização no século XIX, na Corte Imperial, sob direção da Igreja Católica – esta força privada que buscou no aparato público a associação necessária para fazer crescer sua força. Sua edição de outubro de 1867 dá a ver suas considerações a respeito em “Chronica da semana”:

Nunca fomos exclusivamente inclinados á leitura de documentos políticos de certa ordem, sempre convencidos si não de completa inutilidade, ao menos de que sempre perderíamos tempo, esse cabedal precioso tão repetidamente estragado. Hoje porém ainda com mais razão deveríamos proceder daquella maneira à vista do estado lastimoso e lamentável a que a politica tem reduzido a nação (...) vamos tratar de uma instituição por demais necessaria a todo o homem, garantida na nossa lei fundamental e por isso mesmo tão pouco cuidada, vamos fallar da Instrução Publica, principalmente da primaria. E tratamos deste negocio por temos lido o relatório com que o Sr. Presidente da província do Rio de Janeiro (Barros

Pimentel) entregou a presidência ao vice-presidente (Pindahyba de Mattos). Ahi encontramos considerações muito judiciosas sobre o estado precário da instrução primaria na província e é S. Ex. um dos poucos presidentes que com franqueza se tem manifestado. A instrução primaria esta em sua totalidade entregue à mão inhabeis e incapazes da alta missão do mestre. Quem percorre essas Villas, cidades, etc. e visita as poucos frequentadas escolas, conhece logo a causa da decadência do ensino, até na distribuição material da sala, onde tudo é dessaranjo e imperícia; si depois dispõe-se a ouvir licções dos alumnos e as explicações do mestre fica completamente horrorisado, e escandalisado pela maneira por que se preparam os futuros cidadãos de uma nação, que quer foros de civilisada. (...) Mas alem da improficiencia dos mestres, da má localidade das escolas, das distancias dos povoados, vem também reunir-se a má vontade dos pais e parentes dos meninos. (...) Não somos dos que exigem tudo do governo, mas somos dos que reconhecem que neste ponto ao governo compete muito. Assim como tem cuidado de tanta inutilidade, que lhe traz somente compromissos pecuniários, podia muito bem olhar para a Instrução Publica, procurar melhora-la sem crear-lhe embaraços, como soe acontecer nas reformas iniciadas pelo governo: podia remover os obstáculos já tão conhecidos, e evitar que novos apparecessem, melhorando os ordenados, o pessoal e obrigando, como se faz na Prussia, os pais a mandarem para a escola aos oito annos de idade os filhos; em fim tornado uma realidade o ensino publico garantido pela Constituição do Imperio. (...) Tudo isso é uma verdade, uma necessidade urgente, que clama por medidas enérgicas e bem concebidas, que melhorem o estado mórbido da instrucção primaria entre nós; pois é vergonha que em a província do Rio de Janeiro cuja população sobe a 840,000 almas, haja somente 176 escolas para ambos os sexos, que, como muito bem disse seu illustre presidente, reduzido aquelle numero a um terço por causa da escravatura, toca a cada escola o numero de 1,590, e deduzindo-se os adultos em um terço, toca ainda a cada uma 530 meninos(...) Promova portanto o governo a felicidade do povo brasileiro espalhado por elle a instrucção e educação de que tanto precisa, certo de que cumpre um de seus mais importantes deveres (O Apóstolo, 13/10/1867, p.326).

Numa investigação de carácter histórico, que não é outra coisa senão um diálogo com pedaços do passado e com o silêncio dos fatos (Marrou, s/d), o trabalho opera-se a partir do contato com as fontes. Por isso, deve considerar sua localização, acesso, condições e problemas decorrentes da disposição e critérios de organização (Nunes & Carvalho, 1993). Como já observara o historiador Michel De Certeau, a escrita da história sempre começa com gestos de separação, reunião e transformação em documentos, de certos objetos do passado (Certeau, 2007). Neste sentido, para se tornar exequível o empreendimento, a operação historiográfica, é mister montar estratégias metodológicas que viabilizem a aproximação com o que é proposto: a localização de fontes, a reunião dos vestígios, sinais e indícios dos objetos (Bloch, 2001).

A historiografia da educação aponta que a Igreja Católica instituição criou, dirigiu e manteve em funcionamento inúmeros colégios particulares, sociedades, aulas gratuitas e associações, além

de ter sacerdotes e religiosos atuando como professores, conselheiros, inspetores, delegados da instrução, reitores, diretores, autores de livros na Corte Imperial e nas Províncias do Brasil, na educação pública e privada.

Na verdade, sua inscrição num projeto de doutrinação e ensino das letras é anterior ao movimento de criação de escolas no século XIX. Considerando os registros das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – escritas em 1707 e publicadas em 1853 – as orientações assim observavam:

todas as pessoas, assim Eclesiasticas, como seculares, ensinem, ou fação ensinar a Doutrina Christã á sua família, e especialmente a seus escravos, que são os mais necessitados desta instrução pela sua rudeza, mandando-os á Igreja, para que o Parocho lhes ensine os Artigos da Fé, para saberem bem crer (...) para que sejam instruídos em tudo (*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853: LIV.I, Tit. II, nº 4 e 5).

Acerca disso, a edição de Janeiro de 1866 no jornal O Apóstolo, registra suas considerações no que diz respeito à educação dos filhos nos preceitos da doutrina cristã:

Quando Jesus teve doze anos, José e Maria foram com elle à Jerusalem seguindo o costume do dia de festa (...) Quantos pais e mães não há por abi que apenas nascidos seus filhos se desprendem delles, e deixão sua educação entregue a pessoas, cuja piedade e religião não são bem conhecidas. Muitos é verdade, não procedem deste modo; mas na educação que dão a seus filhos, o que menos lhe importa, é infundir-lhes o temor a Deus, e instruí-los na prática dos santos preceitos da Lei. Um pai vingativo, por exemplo, só procura gerar no coração de seu filho a paixão que lhe domina de vingar-se de um inimigo que o insulta (O Apóstolo, 1866, p.1)

Como se vê, iniciativas de escolarização formal ou informal são algumas frentes a partir das quais a Igreja Católica investiu esforços, pessoas, tempo, dinheiro. O século XIX é marcado justamente por uma série variadíssima de iniciativas como aulas gratuitas, ensino de primeiras letras, doutrina cristã, música, línguas, ofícios, prendas domésticas dirigidas pela Igreja, por irmandades, religiosos.

Mais um elemento que ganha destaque neste cenário é o debate acerca do ensino religioso nas escolas públicas ou privadas. A primeira manifestação do Estado Imperial em relação ao ensino religioso de que se tem notícia é justamente a Primeira Lei Geral do Ensino, após o processo de independência, em 15 de outubro de 1827. A lei que, além de mandar criar escolas de “primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”, ordenava que os professores

ensinassem “os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana” (Artigo 6º).

Em razão destas normatizações, a Igreja investia de forma sistemática no controle sobre as lições: manuais escolares eram submetidos a um violento processo de censura doutrinária. No caso dos livros destinados ao ensino da religião, para serem aprovadas para uso nas escolas, eles deveriam ser previamente aprovados pelos bispos diocesanos (Teixeira, 2008). Posteriormente, com a importante Reforma Couto Ferraz tal orientação se legitima. Esta reforma – Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província do Rio de Janeiro (1851) e do Município da Corte (1854) – determinava que, no ensino primário deveria ser ensinada “instrução moral e religiosa”, ou “leitura explicada nos Evangelhos e noticia da historia sagrada”. Entretanto, assim como o casamento, o enterro dos mortos a liberdade de culto estava sendo questionada no que se refere à primazia da Igreja Católica, o ensino religioso católico também foi. Na década de 1870 já estava em vigor na Corte Imperial a Reforma do Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho (*Decreto nº 7247* de 19/04/1879). Com este decreto, Leôncio de Carvalho realiza uma reforma do ensino que permitia “a cada um expor livremente suas ideias e ensinar as doutrinas que acredite verdadeiras, pelos métodos que julgue melhores”.

A liberdade de ensino integrava sua política e foi constituído em um de seus princípios orientadores. A respeito do ensino religioso, uma edição de dezembro de 1886 do jornal *O Apóstolo* publica artigo em defesa desta prática nas instituições educacionais. Anunciam como “inimigos” aqueles que manifestam ser contrários e criticam o movimento levantado por alguns representantes da sociedade que advogam o ensino leigo:

Uma guerra contínua se levanta contra o ensino religioso nos nossos dias, e os inimigos, aproveitam-se da circunstancia, lançam mão de todos os meios capazes de deixarem no seio da familia a indiferença, senão o odio contra o ensino religioso e os que o segurem. Por sua vez o governo proíbe-o, e occultando-se sob o manto da tolerancia, manda arrancar das escolas a imagem de Christo e autorisa compendios cujas doutrinas são perigosas. Alguns professores e directores de collegios julgam inutil o ensino religioso, e até para não serem acoimados de jesuitas afastam qualquer sinal de religião dos collegios (*O Apóstolo*, 1886, p. 1).

Na época em que esta edição circulou já estava em vigor na Corte Imperial a Reforma do Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho (*Decreto nº 7247* de 19/04/1879).¹⁸ Com este decreto,

¹⁸ Leôncio de Carvalho nasceu na cidade de São Paulo. Filho de advogado, cursou a faculdade de Direito do Largo de São Francisco, entre 1864 e 1868, defendendo tese de doutoramento em 1869. Dois anos depois, foi nomeado lente substituto ganhando a Cátedra em 1881. Na mesma cidade, atuou como jornalista e redator de periódicos acadêmicos, literários e políticos. A atuação de Leôncio de Carvalho em prol da educação da infância não se limitou a reforma de ensino quando foi Ministro do Império. Em 1874, já era presidente da Associação Protetora dos Cursos Noturnos, em São Paulo. Eleito deputado em 1881, iniciou os preparatórios para o Congresso de Instrução que seria realizado na Corte, em 1884. Secretariou a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências então realizadas. Escreveu, em 1883, defendendo medidas para “Educação da Infância Desamparada”. Em 1886, foi um dos fundadores do Asilo Agrícola de

Leôncio de Carvalho realiza uma reforma do ensino que permitia "a cada um expor livremente suas idéias e ensinar as doutrinas que acredite verdadeiras, pelos métodos que julgue melhores." A liberdade de ensino integrava sua política e foi constituído em um de seus princípios orientadores.

De acordo com Martinez, "a especificidade de seu projeto residia no seu caráter radical de defesa de um liberalismo clássico, onde o Estado não detinha o monopólio do saber e do controle da Instrução Pública" (Martinez, 1999, p. 61). A pesquisadora observa que o princípio da liberdade aplicava-se também aos assuntos da religião:

De acordo com a reforma, o ensino religioso passou a ser facultativo nas escolas primárias, secundárias e superiores, sendo mesmo dispensado para os indivíduos não católicos. Os professores públicos e particulares foram desobrigados de prestar o juramento católico, embora mantivessem a função de ensinar religião aos alunos que o solicitassem, fora do horário das aulas primárias. Não era preciso dizer o quanto a medida causou polêmicas entre os integrantes da Igreja e os defensores do catolicismo como culto oficial do Estado, entre eles, muitos conservadores e liberais moderados (Martinez, 1999, p. 68).

O apoio mútuo entre Igreja e Estado em prol do projeto de escolarização da população livre e vacinada no Império esteve alicerçado em bases mais amplas e diversas que a garantia do saber e moral cristã. A partir da leitura de documentos é possível observar que o poder público amparou as ações católicas em termos materiais, com subsídio financeiro, doação de espaço, material e etc. Exemplar neste caso é um Relatório da Inspeção Geral da Instrução do ano de 1866, em que se atina ao cuidado dos dirigentes do governo em registrar o quantitativo das subvenções públicas dadas aos estabelecimentos particulares que recebiam meninos pobres para oferta da instrução primária. Figura entre alguns colégios, a Irmandade de Nossa Senhora de Copacabana, que recebeu "gratificação mensal" de 60 mil Réis – e que substituiu o lugar que era ocupado pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição na oferta de aulas e no recebimento da gratificação, por que foi extinta por falta de professor:

Existem portanto no Município da Côrte 44 escolas publicas:
Do sexo masculino 26: as mesmas 25 do Relatório apresentado em Abril de 1865, e mais esta creada em 11 de Maio de 1866;
Do sexo feminino 18: as mesmas 17 do citado Relatório, e mais a que foi creada em 14 de Novembro de 1865 na nova freguezia do Divino Espirito Santo.
Accrescem sempre, para o sexo masculino, duas escolas particulares subvencionadas pelo Governo para admitirem gratuitamente meninos pobres: a mesma de Itajá, que, por Aviso de 41 de Outubro de 1860, recebe 60\$000 mensaes; e uma que a Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Copacabana estabeleceu no consistorio de sua capella, e á qual foi concedida por Aviso de 12 de Julho de 1865 a gratificação mensal de 30\$000, elevada a 60\$000 por Aviso de 24 de Agosto de 1866, a contar do 1.º de Setembro do mesmo anno.
Esta escola subvencionada de Copacabana substitue a da referida Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, extinta por falta de Professor habilitado que se quizesse satisfazer com a gratificação mensal de 30\$000 abonada pelo Aviso de 30 de Agosto de 1861.

Com mais, este mesmo documento evidencia que tal amparo entre as forças públicas e privadas constituíam-se como vias de mão dupla. A citada Irmandade Nossa Senhora da Conceição localizada no “Caminho do Jardim Botânico”, que encerrou suas atividades educativas por falta de professor – que se satisfizesse com a gratificação mensal de 30 mil Réis – favoreceu o Estado Imperial com doação de materiais de ensino e mobília, usado na criação de escola pública primária para meninos na freguesia de São João Baptista da Lagôa em 1864:

ESCOLAS PUBLICAS PRIMARIAS.

Graças á perseverança do Dr. José Theodoro da Silva Azambuja, Delegado da freguezia de S. João Baptista da Lagôa, foi creada naquelle districto, pelo Decreto n.º 3646 de 14 de Maio de 1864, uma segunda escola de instrucção primaria do primeiro gráo para o sexo masculino.

Funciona desde 27 de Agosto.

E foi montada sem dispendio do Thesouro Nacional; porque a Irmandade da Capella de Nossa Senhora da Conceição, do caminho do Jardim Botânico, offerrou, por intermedio do Delegado, os bancos e mesas de alumnos, uma pedra grande para calculo, uma cadeira de bracos e duas singelas, e o mesmo Delegado ministrou tudo o mais, a saber: a imagem de Senhor crucificado feita de madeira, incarnada, e encerrada em nicho com porta de vidro; o retrato de Sua Magestade o Imperador, em quadro com moldura dourada; taboleta com as armas imperiaes, feita de folha e cobre; um relógio americano para a parede; mesa de vinatico para o professor, com estralo; armario para livros e papeis; quadros de madeira para traslados de escripta; trinta cabides, etc.

No Jornal *O Apóstolo*, em “Variedades”, eram publicadas informações políticas, econômicas e religiosas, além de muitos anúncios publicitários. Entre as propagandas de obras religiosas, livrarias e comércio em geral, havia publicidade de colégios e instituições religiosas, como no exemplo que se segue

Collegio do Mosteiro de São Bento. A matrícula para as aulas primarias começam no dia 7 de janeiro e as aulas abrem-se no dia 11. A matrícula para as aulas secundarias começa no dia 18 e as aulas abrem-se no dia 3 de fevereiro – Frei Bento da Trindade Cortez (*O Apóstolo*, 1886, p.4).

Em edição do ano seguinte, há esclarecimentos acerca de como funcionava tal iniciativa:

(...) em suas aulas abertas para a instrução da mocidade recebe de preferencia os filhos de militares que partem para a guerra; não será preciso lembrar que com o melhor agasalho os tem acolhido no seminario de alumnos internos, que dentro de seus muros instituiu para alguns meninos

pobres que desejam abraçar o estado ecclesiastico, fazendo-lhes o mosteiro todo dispendio do vestuario, mesa, e do mais que precisam; não sera preciso declarar que tudo que se acaba de referir tem o mosteiro satisfeito sem nada diminuir nem interromper as mensalidades costumadas a diversas associações de caridade e famílias pobres que regulam na importância de 793\$ cada mez, e sem faltar as esmolas dos pobres que vem pedir a portaria, as quaes andam por 42\$ mensalmente, nem escusar-se a outras muitas avulsas, as quaes no mez em que menos foram no anno passado importaram em 266\$ (O Apóstolo, 30/06/1867, p.202).

Em “Variedades”, uma das seções do impresso, são publicadas informações políticas, econômicas e religiosas, além de muitos anúncios publicitários. Entre as propagandas de obras religiosas, livrarias e comércio em geral, havia publicidade de colégios e instituições religiosas, como no exemplo que se segue

No dia 8 do corrente; ás 10 horas da manhã, abriram-se solememente as aula do Seminário Episcopal de S. José; pronunciou a oração da sapientia o Revd. Padre-Mestre Dr. Patrício Moniz, professor de historia geral. Concurso – No dia primeiro de maio abre-se as 9 horas da manhã, sob a presidencia do Illm. Revm. Sr. Monsenhor Vigario Capitular, em uma das salas do seminário Episcopal de S. José, o concurso para as Parochias vagas. (O Apóstolo, 1867, p.4)

Na edição de 1873, aparece um anúncio em que se comunica a abertura de um novo colégio em Barbacena, na Província de Minas Gerais:

Collegio Providencia. No dia 06 de janeiro de 1874, será instalado na cidade de Barbacena o collegio intitulado Providencia, no qual serão leccionadas as linguas latina e franceza, geographia, historia, mathematicas, musica, piano, primeiras letras e portuguez.(...) O Collegio será estabelecido em uma casa de vastas accomodações e collocada em um dos lugares mais aprazíveis desta cidade (O Apóstolo, 1873, p.4).

As experiências da Igreja Católica com o ensino público e particular também se davam a partir de outras atividades, como as de gestão das escolas. Não somente nas funções de reitores, delegados, inspetores, mas como diretores e proprietários de estabelecimentos de instrução primária ou secundária. Nos *Relatórios dos Ministros do Império* do ano de 1873 consta uma lista com o nome dos 51 diretores que renovaram suas licenças para este cargo na Corte Imperial. Nesta, há a presença de três religiosos, o Cônego José Mendes de Paiva e dos Padres Francisco Ignácio de Christo e Antônio de Pádua e Silva:

Directores que renovaram a licença de abertura de seus estabelecimentos de instrução na forma do aviso de 16 de agosto de 1869.

Nomes	Datas
1. Anna Luiza Arhends	20 de março de 1872.
2. Nicoláu Jaimes Tollstadius	1 de maio de 1872.
3. Agostinha Anna Perret	7 de maio de 1872.
4. Antonio Pedro Martins Guerra	17 de maio de 1872.
5. Agostinha Emilia Catinet	21 de maio de 1872.
6. Charles Neucome Palmer	1 de junho de 1872.
7. Jeronymo José de Oliveira	1 de junho de 1872.
8. João Pedro de Aquino (bacharel)	3 de junho de 1872.
9. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade	20 de junho de 1872.
10. Rodrigo Lopes da Cunha Menezes	22 de junho de 1872.
11. Mme. Melanio Gross	1 de julho de 1872.
12. Clara Paulina Kuster	3 de julho de 1872.
13. Florisbela Eduviges Alves da Fonseca	3 de julho de 1872.
14. Maria José Ferreira de Mello	5 de julho de 1872.
15. Rosalina Preciosa de Sampaio	3 de julho de 1872.
16. Maria Constança Corrêa de Sá Benevides	6 de julho de 1872.
17. João Urbano de Freitas Brito	8 de julho de 1872.
18. Adelaide Elvira Marques	25 de julho de 1872.
19. Maria da Conceição Miranda Dourado	26 de julho de 1872.
20. Maria Anna Hitchings	27 de julho de 1872.
21. João Francisco de Araújo Lessa	30 de julho de 1872.
22. José Mendes de Paiva (conego)	1 de agosto de 1872.
23. José Joaquim do Carmo (bacharel)	1 de agosto de 1872.
24. Luiz Carlos Domingos Ferreira	5 de agosto de 1872.
25. Mme. Tanière	6 de agosto de 1872.
26. Maria Sylvana Egráia de Sampaio	6 de agosto de 1872.
27. Barão de Tautphous	6 de agosto de 1872.
28. D. Abade do Mosteiro de S. Bento	13 de agosto de 1872.
29. Adelia Leonor da Silva Costa	13 de agosto de 1872.
30. Francisco Ignacio de Christo (padre)	13 de agosto de 1872.
31. Manuel Fernandes da Cunha Graça	13 de agosto de 1872.
32. Thomaz Xavier de Oliveira Menezes	14 de agosto de 1872.
33. Maria Francisca Barbosa Grivet	21 de agosto de 1872.
34. Manuel Ferreira das Neves	26 de agosto de 1872.
35. Ezebio Pedro do Prado (bacharel)	29 de agosto de 1872.
36. Carolina Luiza Tootal	29 de agosto de 1872.
37. Emilia Elisabeth Meida	29 de agosto de 1872.
38. Maria Emilia Sartorio	30 de agosto de 1872.
39. João Antonio de Azevedo	30 de agosto de 1872.
40. Baroneza de Geslin	30 de agosto de 1872.
41. Dolores Peres de Campos Porto	2 de setembro de 1872.
42. Paula Carolina dos Santos Marques	10 de setembro de 1872.
43. Maria da Gloria Magalhães	14 de setembro de 1872.
44. João Ferreira Moscosó Junior	21 de setembro de 1872.
45. Bernardo José Fallotti	25 de setembro de 1872.
46. Maria Rosa Dias	25 de setembro de 1872.
47. Maria Generosa de Oliveira	13 de outubro de 1872.
48. Maria Angelica Postana de Simas Endas	25 de outubro de 1872.
49. João de Deus da Cunha Pinto	6 de novembro de 1872.
50. Antonio da Padua e Silva (padre)	6 de novembro de 1872.
51. Francisco Maria Cardoso de Azevedo	30 de novembro de 1872.

Secretaria da Inspectoria geral da instrução primaria e secundaria de municipio da corte, em 21 de março de 1873.

O Secretario, Theophilo das Neves Leão.

CONSIDERAÇÕES

De uma maneira geral, a partir dos vestígios arrolados no estudo torna-se possível observar que a constituição da forma escolar moderna se deu pela intermediação de forças distintas. Atuando na formalidade ou informalidade, muitos se empenharam na tarefa, tornando-se os principais responsáveis pela emergência dos equipamentos escolares e por uma vasta série de iniciativas de caráter educativo. As ações que promoveram se encontravam articuladas, embora nem sempre na mesma direção, intensidade ou valendo-se de mesmos recursos (Gondra e Schueler, 2008). Com mais, identifica-se que a força da Igreja Católica foi um elemento que fez funcionar a engrenagem da escolarização no Oitocentos e, ao mesmo tempo, contribuiu com a divulgação de uma cultura letrada no Brasil.

O investimento proposto foi ler e analisar aqueles anúncios variados, recortando, porém, entre os registros gerais, os que apresentavam os serviços do comércio da instrução particular na Corte Imperial. Como tal comércio se constitui por tamanha diversidade, o interesse de investigação, neste caso, se deu pelas iniciativas de escolarização dirigida por membros da Igreja Católica, no intuito de dar a ver algumas das experiências de ensino empreendidas sob o signo católico no Oitocentos.

Sabe-se, no entanto, que a tradição de anunciar a educação particular nos impressos é anterior ao recorte operado no estudo. Desde o início do século XIX havia impressos que circulavam com este serviço, e um exemplo é o *Almanaque da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, onde se veem anúncios do Seminário São Pedro, da Aula do Comércio. Da mesma forma, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que existia desde 1808 também fazia circular aquele tipo de propaganda. A título de exemplo, pode ser mencionado o anúncio do ano de 1818, no qual Madame Clementiny oferecia as aulas de francês e música que ministrava em sua casa:

Madame Clementiny, novamente chegada a esta cidade, tendo dirigido em França por espaço de dez anos uma casa de educação de meninas, propõem-se a dar lições de musica vocal, de harpa, de piano e de língua francesa. Desejando não deixar duvida alguma sobre sua suficiência na arte que professa, terá a honra de dar incessantemente um concerto, no qual se fará ouvir nos ditos instrumentos, assim como harpa-piano de nova invenção, e certamente merece a particular atenção dos amadores das belas artes. As pessoas que desejarem empregá-la na educação das suas filhas podem dirigir-se a casa de sua residência, na Rua São José, n. 19 (Silva, 2007, p.94).

Segundo Luis Fernando, a análise da publicidade permite ver que até sonhos e desejos são históricos. Em *Vendendo o peixe*, este autor observa:

O que dá riqueza às peças publicitárias como documentos históricos para uso científico ou didático é o objetivo para o qual são produzidas: vender produtos, idéias e instituições para o público consumidor (...) A mensagem publicitária se dirige ao conjunto de imagens, símbolos, desejos e medos que, embora variem um pouco de pessoa para pessoa, constituem um padrão cultural de cada sociedade, chamado de imaginário pelos estudiosos das ciências humanas. Esse imaginário não é estático, e sim reorganizado conforme as necessidades e características de cada momento histórico (Cerri, 2006, p.2).

Neste sentido, investigados como fonte, os anúncios demonstravam o que se pretendia que fosse valorizado culturalmente, e, por isso, merecia ser divulgado, publicizado para ser consumido. Compreende-se estar diante de elementos bastante particulares de uma cultura. Aqueles anúncios

são vestígios do que era valorizado culturalmente, ou melhor, do que se pretendia que fosse, e, por isso, merecia ser divulgado, publicizado para ser consumido, vendido, desejado. Não são fontes que dão a ver a vida ou o cotidiano daquelas experiências. É preciso pensá-los como representações de uma realidade, como formas particulares (comerciais) de retratar aquelas instituições e serviços. Certamente, privilegiavam-se determinados ângulos para expor da maneira mais adequada aqueles colégios, seus serviços, profissionais, ao passo em que se ocultavam ou mascaravam outros menos favoráveis. Falava-se a respeito do que lhes poderia beneficiar, dos diferenciais que lhes destacavam na concorrência, apresentavam-se informações que iam ao encontro das legislações e normas gerais do ensino.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). Historia e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2º edição, ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações* Lisboa, Ed. Difel, 1991.

FARIA , Luciano e LOPES, Eliane. (Org.) *500 Anos de Educação no Brasil*. 2º ed. BH: Autêntica, 2004.

FRAGO, Antônio Vinão. História de la educación y história cultural. Posibilidades, problemas, cuestiones. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n 0, p. 63 a 82, set/dez, 1995.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2003.

FONSECA, Silvia. (orgs.) *Entre a monarquia e a república*. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro; EDUERJ, 2008.

GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José. G. & SCHUELER, Alessandra Frota M *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. SP: Cortez, 2008.

GONDRA, José & LEMOS, Daniel. *A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. Formas e estratégias educativas*. Revista do Rio de Janeiro. 13-14, Mai/Dez, pág 69-84, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 1999.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Historiografia da educação e fontes* Pesquisa em História da Educação no Brasil. José Gonçalves Gondra (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Antonio Almeida de. *O ensino público*. 2ª edição. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima. Vestígios da cultura material. In: *Revista Brasileira de História da Educação. Dossiê A Cultura Material na História da Educação: possibilidades de pesquisa*. Maio/agosto, Campinas: Autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Gisele. *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. UERJ: Rio de Janeiro, 2008.

UEKANE, Marina N. *"Instrutores da Milícia cidadã": A Escola Normal da Corte e a formação de professores primários (1854-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

SCHUELER, Alessandra F. M. *Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representação, experiência e profissão docente nas escolas públicas primárias (1870-1890)*; Rio de Janeiro, Tese de Doutorado: UFF, 2002.

